



CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
CNPJ 78.844.834/0001-70
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.
Fone: (44)-4009-1750
E-mail: legislativo@cms.pr.gov.br Site: www.cms.pr.gov.br

Resolução aprovada no exercício de 2023.

RESOLUÇÃO Nº 002/2023, de 10 de Julho de 2023.

Resolução promulgada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sarandi, e publicada no Órgão Oficial do Município – AMP sob o número 2.811 em 11 de Julho de 2023.

A proposição que deu origem a presente Resolução (Projeto de Resolução nº 003/2023), e os documentos que a acompanharam em sua tramitação, estão devidamente arquivados em pasta própria.

Autor: MESA DIRETORA.



CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

CNPJ 78.844.834/0001-70

Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.

Fone: (44)-4009-1750

E-mail: legislativo@cms.pr.gov.br Site: www.cms.pr.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 002/2023

Autor: MESA DIRETORA.

Regulamenta o acesso à informação pública pelo cidadão, Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021, que Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública, e a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que Dispõe sobre a criação do serviço de informação ao cidadão – SIC, na forma que especifica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU e o Senhor Presidente, no uso das atribuições legais, que lhes são conferidas, em especial pelo Art. 18, Incisos IV e V, da Lei Orgânica do Município, Promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º Esta Resolução regulamenta o acesso à informação pública pelo cidadão, Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021 e a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CAPÍTULO I DO GOVERNO DIGITAL

Art. 2º Este capítulo estabelece normas internas a serem observadas para o cumprimento com eficiência e efetividade as determinações da Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência da administração pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão.

Art. 3º Fica instituído no âmbito da Câmara Municipal de Sarandi:

I – a manutenção dos serviços digitais disponíveis, bem como a garantia da sua evolução tecnológica;

II – a aproximação entre a gestão municipal e o cidadão, disponibilizando informação de forma clara e fácil;

III – o uso da tecnologia e da inovação como habilitadoras da inclusão diminuindo as desigualdades;

IV – a busca da permanente melhoria dos processos e ferramentas de atendimento ao cidadão.

Art. 4º Os setores responsáveis pela prestação digital de serviços públicos deverão, no âmbito de suas respectivas competências:

I – manter atualizadas as informações institucionais e as comunicações de interesse



CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

CNPJ 78.844.834/0001-70

Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.

Fone: (44)-4009-1750

E-mail: legislativo@cms.pr.gov.br Site: www.cms.pr.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 002/2023

público, principalmente as referentes a carta de serviços ao cidadão.

II – monitorar e implementar ações de melhoria do serviço público prestado, com base no resultado da avaliação de satisfação dos usuários dos serviços e atendimento aos índices de transparência.

Art. 5º São garantidos aos usuários da plataforma digital da Câmara Municipal:

I – gratuidade no acesso às plataformas digitais como: SAPL, Site, Portal da Transparência;

II – atendimento nos termos da carta de serviço ao cidadão;

III – padronização de procedimentos referentes a obtenção de documentos no formato digital;

IV – recebimento de protocolo, físico ou digital, das solicitações apresentadas.

Art. 6º Os responsáveis pela prestação digital de serviços públicos detentores ou gestores da base de dados, inclusive os controladores de dados pessoais, deverão gerir suas ferramentas digitais, tendo em consideração:

I – a interoperabilidade de informações e de dados sob sua gestão, respeitadas as restrições legais, os requisitos de segurança da informação e comunicação, as limitações tecnológicas;

II – a proteção de dados pessoais, observada a legislação vigente.

Art. 7º Os serviços digitais públicos disponíveis e em operação, são os seguintes:

I – Carta de serviços ao usuário;

II – Transparência Municipal;

III – E-Sic: Sistema eletrônico de informação ao cidadão, portal da transparência;

IV – Diário oficial eletrônico;

V – Consulta concursos públicos e processos seletivos;

VI – Legislação Municipal.

Art. 8º O acesso para o uso de serviços públicos poderão ser garantidos total ou parcialmente pelo legislativo, com objetivo de promover o acesso universal à prestação digital de serviço.

CAPÍTULO II DO SIC

Art. 9º A Câmara Municipal de Sarandi buscará oferecer aos cidadãos a possibilidade de formular sua solicitação, sempre que possível, por meio eletrônico (e-SIC) e por meio presencial através do (SIC). Obedecendo aos dispostos nos artigos 2º, 3º e 4º da portaria nº 112/2021.

Art. 10 A prestação da informação solicitada será concedida gratuitamente, em formato digital, preferencialmente por meio eletrônico.



CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

CNPJ 78.844.834/0001-70

Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.

Fone: (44)-4009-1750

E-mail: legislativo@cms.pr.gov.br Site: www.cms.pr.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 002/2023

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 Compete ao Diretor de Relações Institucionais da Câmara Municipal de Sarandi utilizar esta Resolução para fornecer as informações solicitadas de forma clara e de fácil compreensão ou informar sobre a impossibilidade de fornecê-la nas exceções estabelecidas pela Lei Federal nº 12.527/2011, de acesso a dados pessoais e informações classificadas como sigilosas.

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Adércio Marques da Silva, 10 dias do mês de Julho de 2023.

EUNILDO ZANCHIM “NILDÃO”
Presidente da Câmara

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SARANDI

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
RESOLUÇÃO Nº 002/2023

Autor: MESA DIRETORA.

Regulamenta o acesso à informação pública pelo cidadão, Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021, que Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública, e a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que Dispõe sobre a criação do serviço de informação ao cidadão – SIC, na forma que especifica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU e o Senhor Presidente, no uso das atribuições legais, que lhes são conferidas, em especial pelo Art. 18, Incisos IV e V, da Lei Orgânica do Município, Promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º Esta Resolução regulamenta o acesso à informação pública pelo cidadão, Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021 e a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CAPÍTULO I
DO GOVERNO DIGITAL

Art. 2º Este capítulo estabelece normas internas a serem observadas para o cumprimento com eficiência e efetividade as determinações da Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência da administração pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão.

Art. 3º Fica instituído no âmbito da Câmara Municipal de Sarandi:

I – a manutenção dos serviços digitais disponíveis, bem como a garantia da sua evolução tecnológica;

II – a aproximação entre a gestão municipal e o cidadão, disponibilizando informação de forma clara e fácil;

III – o uso da tecnologia e da inovação como habilitadoras da inclusão diminuindo as desigualdades;

IV – a busca da permanente melhoria dos processos e ferramentas de atendimento ao cidadão.

Art. 4º Os setores responsáveis pela prestação digital de serviços públicos deverão, no âmbito de suas respectivas competências:

I – manter atualizadas as informações institucionais e as comunicações de interesse público, principalmente as referentes a carta de serviços ao cidadão.

II – monitorar e implementar ações de melhoria do serviço público prestado, com base no resultado da avaliação de satisfação dos usuários dos serviços e atendimento aos índices de transparência.

Art. 5º São garantidos aos usuários da plataforma digital da Câmara Municipal:

I – gratuidade no acesso às plataformas digitais como: SAPL, Site, Portal da Transparência;

II – atendimento nos termos da carta de serviço ao cidadão;

III – padronização de procedimentos referentes a obtenção de documentos no formato digital;

IV – recebimento de protocolo, físico ou digital, das solicitações apresentadas.

Art. 6º Os responsáveis pela prestação digital de serviços públicos detentores ou gestores da base de dados, inclusive os controladores de dados pessoais, deverão gerir suas ferramentas digitais, tendo em consideração:

I – a interoperabilidade de informações e de dados sob sua gestão, respeitadas as restrições legais, os requisitos de segurança da informação e comunicação, as limitações tecnológicas;

II – a proteção de dados pessoais, observada a legislação vigente.

Art. 7º Os serviços digitais públicos disponíveis e em operação, são os seguintes:

I – Carta de serviços ao usuário;

II – Transparência Municipal;

III – E-Sic: Sistema eletrônico de informação ao cidadão, portal da transparência;

IV – Diário oficial eletrônico;

V – Consulta concursos públicos e processos seletivos;

VI – Legislação Municipal.

Art. 8º O acesso para o uso de serviços públicos poderão ser garantidos total ou parcialmente pelo legislativo, com objetivo de promover o acesso universal à prestação digital de serviço.

CAPÍTULO II DO SIC

Art. 9º A Câmara Municipal de Sarandi buscará oferecer aos cidadãos a possibilidade de formular sua solicitação, sempre que possível, por meio eletrônico (e-SIC) e por meio presencial através do (SIC). Obedecendo aos dispostos nos artigos 2º, 3º e 4º da portaria nº 112/2021.

Art. 10 A prestação da informação solicitada será concedida gratuitamente, em formato digital, preferencialmente por meio eletrônico.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 Compete ao Diretor de Relações Institucionais da Câmara Municipal de Sarandi utilizar esta Resolução para fornecer as informações solicitadas de forma clara e de fácil compreensão ou informar sobre a impossibilidade de fornecê-las nas exceções estabelecidas pela Lei Federal nº 12.527/2011, de acesso a dados pessoais e informações classificadas como sigilosas.

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Adércio Marques da Silva, 10 dias do mês de Julho de 2023.

EUNILDO ZANCHIM “NILDÃO”
Presidente da Câmara

Publicado por:
Vagner Rafael Vaz
Código Identificador:473398A5

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 11/07/2023. Edição 2811

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>